



ATA DE REUNIÃO

Reunião: Provas Públicas

Órgão: Júri para Atribuição do Título de Especialista

Ata n.º 2

Hora de Início: 10h00m

Hora de Término: 12h05m

Local da Reunião: Auditório H1

Data: 25/ 09 / 2019

Ordem do dia:

Ponto um – Apreciação e discussão do currículo profissional;

Membros presentes: João Freire de Noronha, Presidente da ESAC; Carlos Manuel Gonçalves Rodrigues, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda; António Vega Y De La Fuente, Professor Adjunto do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico do Porto; Ema Maria Monteiro de Matos, membro designado pela Ordem dos Engenheiros; Johnny Daniel Conceição Reis, membro designado pela Ordem dos Engenheiros Técnicos e José Manuel Monteiro Gonçalves, Professor Coordenador da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra.

DESENVOLVIMENTO

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas dez horas, reuniu o júri de provas públicas para atribuição do Título de Especialista no Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), na área das TECNOLOGIAS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE, código CNAEF 851, requeridas por **Helena Maria Martins Simão**, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º206/2009, de 31 de agosto e no Regulamento para Atribuição do Título de Especialista no IPC, aprovado por Despacho n.º9210/2010, publicado no DR, 2.ª série - n.º104 - 28 de maio de 2010 e alterado pelos Despachos n.º15676/2011, n.º6468/2012 e n.º13450/2012.

O júri foi constituído por Despacho n.º 12/2019, do Presidente da Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), no âmbito da delegação de competências do Senhor Presidente do IPC (Despacho n. 7296/2017 de 24 de julho, publicado em DR nº 159, 2ª série, de 18 de agosto), sendo membros do júri João Freire



de Noronha, Presidente da ESAC; Carlos Manuel Gonçalves Rodrigues, Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda; António Vega Y De La Fuente, Professor Adjunto do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico do Porto; Ema Maria Monteiro de Matos, membro designado pela Ordem dos Engenheiros; Johnny Daniel Conceição Reis, membro designado pela Ordem dos Engenheiros Técnicos e José Manuel Monteiro Gonçalves, Professor Coordenador da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra.

O Presidente do júri deu as boas vindas aos membros do júri, à candidata e a todos os presentes.

O Presidente do júri esclareceu a forma como as provas se iriam desenvolver, sendo que a apreciação e discussão do currículo profissional da candidata decorreria no período da manhã. Informou ainda que a candidata possui diploma de especialista em Hidráulica e Recursos Hídricos atribuído pela Ordem dos Engenheiros, pelo que é dispensada a apresentação do trabalho de natureza profissional, conforme o disposto no artigo 17º, do Regulamento para Atribuição do Título de Especialista do IPC (Despacho n.º 9210/2010).

Por último informou que, por deliberação do júri, iriam arguir as provas públicas de apreciação e discussão do currículo profissional da candidata, primordialmente, Ema Maria Monteiro de Matos, Johnny Daniel Conceição Reis e José Manuel Monteiro Gonçalves.

Ponto um – Apreciação e discussão do currículo profissional

O Presidente do júri deu a palavra à candidata Helena Maria Martins Simão que, começando por cumprimentar todos os presentes, procedeu à apresentação do seu currículo profissional.

Terminada a apresentação, o Presidente do júri deu a palavra a Ema Maria Monteiro de Matos, a Johnny Daniel Conceição Reis e a José Manuel Monteiro Gonçalves, que procederam à apreciação do currículo académico e profissional, tendo a candidata respondido às questões que lhe foram colocadas.

O presidente do júri convidou os restantes membros do júri a pronunciarem-se quanto ao currículo profissional da candidata. Neste período foram efetuadas algumas considerações adicionais ao currículo profissional.

Terminada a apreciação e discussão do currículo profissional, o Presidente do júri deu por concluídas as provas públicas, reunindo o júri numa sessão privada, a fim de apreciar a qualidade e rigor das provas, em conformidade com o disposto nos artigos 13.º e 16.º do Regulamento para Atribuição do Título de Especialista no IPC.



Solicitados a votar, os membros do júri deliberaram por unanimidade atribuir à candidata, **Helena Maria Martins Simão**, a menção de **APROVADA**, por considerar que apresentou e defendeu um percurso curricular com a complexidade e dimensão adequadas para a atribuição do Título de Especialista na área das TECNOLOGIAS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE, código CNAEF 851, tendo a exposição oral complementado o documento escrito. O vogal Johnny Daniel Conceição Reis, apresentou declaração de voto que constitui anexo à presente ata

Regressando à sessão pública, o Presidente do Júri comunicou à candidata e ao público o resultado da deliberação do júri.

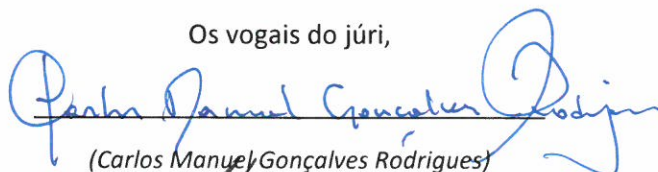
Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

O presidente do júri,



(João Freire de Noronha)

Os vogais do júri,



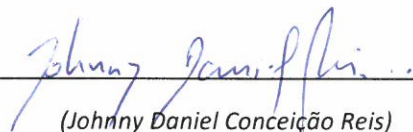
(Carlos Manuel Gonçalves Rodrigues)



(António Vega Y De La Fuente)



(Ema Maria Monteiro de Matos)



(Johnny Daniel Conceição Reis)



(José Manuel Monteiro Gonçalves)

A secretária do júri,



(Ana Cristina Borges)

**Declaração de voto relativo ao processo de Provas Públicas para a atribuição do
Título de Especialista na área de Tecnologias de Proteção do Ambiente (código
CNAEF 851) da Eng.ª Helena Maria Martins Simão**

A requerente, Professora Adjunta na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda, Helena Maria Martins Simão, possui uma licenciatura em Engenharia Civil, obtida em 1992, é Pós-Graduada em Hidráulica Urbana desde 1993 e Mestre em Engenharia Civil, na especialidade em Hidráulica e Recursos Hídricos, desde 1997, tendo obtido os graus académicos e de graduação na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Conta com mais de 10 anos de atividade profissional, alicerçada essencialmente na docência no ensino superior, consubstanciado num conjunto de atividades de ensino, investigação, orientação, extensão académica, administração e prestação de serviços pontuais que a requerente faz prova através de projetos, relatórios, publicações e certificados que elevam o bom nome do exercício de engenharia em Portugal.

Salienta-se no seu CV, o cargo de Diretora do curso de Engenharia Civil na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda e o exercício de docência em várias instituições de ensino superior, a referir, Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu e Instituto Piaget do Campus Universitário de Viseu demonstrando também trabalho em empresas privadas de consultadoria em engenharia.

É membro efetivo e sénior da Ordem dos Engenheiros e especialista em Hidráulica e Recursos Hídricos desde 2016, outorgado pelo Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Engenheiros.

Foi também responsável pela orientação técnico-científica de vários estágios para a admissão e ingresso enquanto membros efetivos, às respetivas Ordens Profissionais de Engenharia, contribuindo desta forma para o combate à engenharia ilícita, conforme preconiza a Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Após a exposição e escrutínio do seu currículo vitae, demonstrou grande apetência na área de tratamento de águas residuais sendo que é do meu entendimento que, qualquer candidato a especialista no âmbito de tecnologia de proteção do ambiente (código CNAEF 851) devam demonstrar competências, ao nível de especialista, nas várias áreas de domínio de ambiente (ar, água, solo, etc).

De acordo com o disposto no artigo 17º, do Regulamento para Atribuição do Título de Especialista do IPC (Despacho n.º 9210/2010) e tendo a candidata apresentado o diploma de especialista em Hidráulica e Recursos Hídricos pela Ordem dos Engenheiros, a candidata foi dispensada da prova relativa ao trabalho de natureza profissional, contudo é do meu entendimento que com a apresentação de trabalho de natureza profissional a candidata poderia ter tido mais uma oportunidade para demonstração do seu conhecimento técnico-científico necessário para a atribuição do título de especialista.

No seguimento da defesa do seu *Currículo Vitae* em que a candidata conseguiu explicar a escolha desta área de especialização, é do meu entendimento votar favoravelmente na atribuição deste título de especialista.



Johnny Daniel Reis,

Engenheiro Técnico de Engenharia do Ambiente e de Engenharia de Proteção Civil

Membro efetivo nº 17992

Presidente do Colégio de Engenharia do Ambiente da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos